



**ATA DA REUNIÃO DE
VINTE E OITO DE OUTUBRO DE 2022**

-----No dia vinte e oito de outubro de dois mil e vinte e dois, na sede da União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal, realizou-se a reunião da Câmara Municipal de Góis, sob a presidência do senhor António Rui de Sousa Godinho Sampaio, na qualidade de Presidente do Município, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: José Alberto Domingos Rodrigues, Nuno Miguel Martins Bandeira, Graciano Antunes Rodrigues e Bárbara Patrícia Correia Serra.-----

-----A Reunião foi secretariada pela Técnica Superior Andreia Rafaela Gaspar Vidal.-----

-----O senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas dezoito horas, dando início à ordem de trabalhos.-----

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – FALTAS-----

1.2 – INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE-----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES-----

2 – PÚBLICO-----

3 – ORDEM DO DIA-----

3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR-----

3.2 – ASSOCIAÇÃO SMART WASTE PORTUGAL/ADESÃO COMO MEMBRO INSTITUCIONAL -----

3.3 – PROPOSTA DE MEDIDAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA-----

3.4 – ARSC/ESCALAS DE TURNOS FARMÁCIAS/ANO CIVIL DE 2023-----

3.5 – PASSE ESCOLAR/ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA-----

3.6 – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL - GÓIS É SOLIDÁRIO-----

3.7 – CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA/PROPOSTA DE REGULAMENTO-----

3.8 – PROCESSAMENTO DE SUPLEMENTO DE PENOSIDADE/TRABALHOS DE ASFALTAMENTO-----

3.9 – SINALIZAÇÃO INFORMATIVA E REGULADORA/PROCESSO 2022/550.10.300/2-----

3.10 – SINALIZAÇÃO INFORMATIVA E REGULADORA/PROCESSO 2022/550.10.300/7-----

3.11 – SINALIZAÇÃO INFORMATIVA E REGULADORA/PROCESSO 2022/550.10.300/8-----

3.12 – OBRAS PARTICULARES/PROCESSO 2021/450.10.204/82-----

3.13 – ICNF/SOLICITAÇÃO DE PARECER/PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE)ARBORIZAÇÃO-----

3.14 – CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE PAVILHÃO NO PÓLO INDUSTRIAL DE GÓIS-----

3.15 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES-----

3.15.1 - ARCIL - ASSOCIAÇÃO RECUPERAÇÃO CIDADÃOS INADAPTADOS LOUSÃ-----

3.15.2. - ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, RECREATIVA E CULTURAL FILARMÓNICA VARZEENSE (FILVAR)-----

3.16 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA-----

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – FALTAS – Não houve.-----

1.2 – INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE – O senhor Presidente iniciou a sua intervenção agradecendo ao senhor Carlos da Conceição Jesus, Presidente da União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal, pela disponibilização da sala para que o Executivo pudesse realizar a reunião da Câmara Municipal, agradecimento extensivo ao público presente sendo a sua presença positiva pelo facto destes terem interesse em demonstrar a sua preocupação com algumas questões da sua freguesia que se encontram por resolver tendo o Executivo consciência desse mesmo facto, sendo que nem tudo ainda está resolvido, mas as situações que se encontram sinalizadas não estão esquecidas sendo que oportunamente objeto de resolução. -----

-----Seguidamente referiu que quanto às questões apresentadas pelos senhores Vereadores na reunião da Câmara Municipal de 11.10.2022, apraz-lhe informar que no que concerne aos ferros existentes na zona de banhos de Ponte do Sótão os mesmos já foram retirados, bem como contactou o proprietário do imóvel da antiga Fábrica da Ponte do Sótão para proceder ao fecho das entradas tendo a sua resposta sido afirmativa, tendo também os autocolantes da placa identificativa de Góis sido retirados. -----

-----Em reunião do Conselho Intermunicipal referiu que um dos assuntos abordados foi a questão da água, ou seja, os aumentos que poderão existir em função do aumento da taxa de gestão de resíduos, tendo estado presente na mesma o senhor Presidente do Conselho de Administração da ERSUC, sendo que a tarifa que irá ser fixada pela APIN irá ter em consideração o aumento da taxa de gestão de resíduos. Referiu que a previsão para os próximos 5 anos é um aumento de 218% valor que irá refletir-se na tarifa da água, sendo que de 2021 para 2022 o aumento foi de 53,6%, sendo que o custo total por tonelada do tratamento de resíduos teve um aumento de

98,9% em 5 anos. Ainda nesta matéria referiu ter havido uma reunião com o senhor Ministro do Ambiente a qual contou com a presença dos senhores Presidente da Comunidade Intermunicipal, Vices Presidentes e Secretário do Executivo tendo sido comunicado que não irá haver redução da taxa de resíduos, i.e., o Governo não pretende criar nenhuma norma que determine que a citada taxa possa ser reduzida em função de algum benefício. Na taxa de gestão de resíduos vai ser possível recuperar 30% através de medidas da redução de posição em aterros, ou seja, se os municípios reduzirem o lixo que transportam para os aterros a redução da TGR pode-se refletir até ao máximo de 30% em função da monitorização que possa ser feita. Um outro assunto abordado foi a situação do aumento dos combustíveis sendo que o Ministério do Ambiente irá introduzir no mercado eletricidade mais de três milhões de euros para tentar atenuar o aumento do custo da eletricidade, não estando previsto apoio aos municípios nesta matéria, i.e., aquilo que resultar dos contratos existentes com as diversas entidades não vão ter nenhum apoio para resolução da tarifa. Neste sentido foi recomendado que sejam implementadas as medidas preconizadas para redução do consumo da eletricidade. Quanto aos combustíveis e gás não irá existir qualquer apoio sendo a recomendação é que seja efetuada a desagregação da despesa para se poder entrar no mercado regular. Contudo, esta posição poderá ser efetivamente um “um pau de dois bicos” porquanto existem municípios com contratos antigos, sendo exemplo disso o de Góis, sendo que enquanto estes vigorarem a taxa é mais baixa do que aquela a aplicar na renovação do contrato. Trata-se de uma situação que está a ser monitorizada constantemente para termos conhecimento exato da melhor opção a tomar futuramente. -----

-----No dia da reunião do Conselho Intermunicipal foi aprovada a minuta de colaboração entre as Infraestruturas de Portugal e a CIM RC para desenvolvimento do estudo de viabilidade para a implementação das ligações IP3 – S. Pedro Dias, Vila Nova do Ceira-Góis, EN17-Serpins-Vale da Lapa. Este estudo incide sob uma reivindicação que este Executivo tem vindo a fazer desde o princípio do mandato no sentido de conseguirmos que apareça uma via estruturante que permita uma ligação mais rápida ao concelho de Góis. Naturalmente que este é o início de um moroso procedimento que tem de ter por de trás a elaboração de um projeto sendo este elaborado na Infraestruturas de Portugal e poderá demorar até sete anos, não sendo algumas questões de fácil resolução quanto pretendemos que o fossem. Em relação ao custo deste projeto 50% é da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal e os restantes 50% serão da responsabilidades

dos municípios envolventes, tratando-se somente de um projeto para a possibilidade de instalação de uma via estruturante, tendo sido determinado uma consulta ao mercado no sentido de encontrar uma equipa de projetistas que possa apresentar um preço mais barato e também interceder junto do governo para que apoiar para que possamos fazer o projeto sem grandes custos. -----

-----No âmbito da Campanha de Esterilização gratuita de animais, gatos e cães, levada recentemente a efeito pela Câmara Municipal, referiu terem sido esterilizados 56 gatos, sendo que apesar da divulgação desta campanha não houve adesão por parte de todas as freguesias, tendo a aderência recaído por parte dos residentes na vila, sendo que na freguesia de Vila Nova do Ceira foram esterilizados 12 gatos, 13 na localidade de Alvém, e 31 em Góis, estando 137 fichas de inscrição, mas somente para animais de companhia e não de rua. Trata-se de um processo que a Câmara Municipal pretende implementar anualmente a fim de haver uma menor reprodução de animais de rua por uma questão de saúde pública.-----

-----No âmbito da transferência de competências da Ação Social deu conhecimento da reunião com a Segurança Social, tendo no dia de hoje sido realizada reunião do CLAS onde esta temática foi também abordada, sendo a transferência desta competência uma imposição legal a partir do dia 01.01.2023. Com esta transferência o Município irá efetuar o serviço de acompanhamento e ação social tarefas que atualmente se encontram a ser realizadas por duas Técnicas da ADIP, através de um protocolo entre o Município de Góis e a ADIP via Segurança Social, pelo que após 2023 este serviço será assumido pelas Técnicas da Câmara Municipal de Góis. No que concerne às verbas que estão determinadas para serem transferidas para o exercício das competências não sofreram qualquer alteração, ou seja, no decurso deste período desde que foi tomada a decisão até esta altura em que podemos assumir as competências o valor previsto é de cerca de mil e oitocentos euros para os subsídios eventuais e cerca de vinte e dois mil euros para remuneração de uma Técnica Superior. Ainda nesta matéria deu conhecimento que a verba ora paga à ADIP para o exercício das citadas funções será posteriormente para o Município. Em relação ao Município de Góis referiu que se pretende fazer uma contratação com recurso a um Técnico Superior para que se possa realizar o exercício aos utentes da ação social, uma vez que este serviço se confronta com a ausência de duas Técnicas em mobilidade e uma futura licença por maternidade. Acrescentou ser intenção do Executivo assumir estas competências a partir do

dia 01.12.2022 sendo que legalmente elas acontecerão no dia 01.01.2023, tendo sido reportado pelos Técnicos da Segurança Social que irão haver muitos municípios a assumir simultaneamente estas competências e que poderá eventualmente ocorrer algum constrangimento nos serviços, sendo que para não ocorrer qualquer constrangimento maior fará todo o sentido assumir estas a partir do dia 01.12.2022 tendo em conta que o trabalho que irá ser efetuado não difere do que atualmente é efetuado. Neste contexto, referiu que em sede do CLAS foi solicitado aos senhores Presidentes das Freguesias a disponibilidade de um espaço para as Técnicas de Ação Social desenvolverem o seu trabalho tendo a resposta sido afirmativa, a par com o pedido do senhor Presidente da União de Freguesia para que esta freguesia possa também vir a ser contemplada com a presença das Técnicas.-----

-----Relativamente à questão dos transportes deu conhecimento da reunião com o senhor Prof. Doutor Álvaro Costa pelo facto de a Transdev nos ter comunicado se pretendíamos continuar com o serviço de transportes afeto ao contrato com esta empresa. Referiu que no âmbito do contrato existente o Município de Góis pelo serviço de transportes efetuado pela empresa pagava 150.000,00€ sendo que por força do aumento dos custos associados ao serviço o valor proposto pela Câmara Municipal foi de 170.000,00€, tendo a empresa contraproposto com o valor de 320.000,00€, ou seja, o aumento foi de mais de 100%. Este valor apresentado pela empresa deve-se ao facto de esta ter o monopólio do mercado não havendo concorrência na área dos transportes públicos, argumentando que no período do COVID-19 houve um apoio do governo de cerca de 20% nos combustíveis e também na bilhética ter sido estes retirados, tendo efetivamente sido um custo acrescido para a disponibilização do transporte. A bilhética no concelho de Góis não suporta a despesa existente na concessão do serviço e, como tal, a Transdev entende que a proposta apresentada corresponde à realidade. Mais referiu que o contrato existente entre o Município de Góis e a Transdev irá terminar no final do ano letivo 2022/2023, no mês de agosto, prolongando-se até ao final do ano 2023. Tendo sido delegada as competências da autoridade de transportes na CIM RC esta encontra-se a negociar, em nomes de todos os municípios, à exceção de Coimbra e Figueira da Foz, com a Transdev esse mesmo contrato, tendo sido apresentada uma proposta por parte de CIM RC no valor que ronda 1.000.000,00€ tendo a Transdev apresentado uma proposta de cerca de 5.000.000,00€, querendo dizer que o valor que cabia ao Município de Góis eram cerca de 420.000,00€ sendo

superior à proposta apresentada pela Câmara Municipal. Desta reunião resultou uma análise a algumas rotas efetuadas no concelho que poderão vir a ser retiradas do contrato em virtude de não serem utilizadas regularmente, sendo exemplo disso os transportes escolares da freguesia de Alvares, ou seja, a rota está no contrato sendo presentemente efetuada pelo Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Alvares no âmbito do protocolo celebrado entre esta IPSS e a Câmara Municipal. Uma outra situação é a dos acompanhantes do autocarro tratando-se de uma despesa também contratualizada, todavia o acompanhamento aos alunos é feito por trabalhadores da Autarquia, sendo que a mesma irá ser retirada desse mesmo contrato, pelo que estas alterações poderão determinar alguma redução no custo da prestação do serviço. Uma outra questão incide sobre algumas rotas, sendo exemplo um autocarro que inicia o seu percurso em Arganil, Góis até ao entroncamento de Vila Nova de Poiares seguindo o percurso para Coimbra, cabendo presentemente o custo somente ao Município de Góis não estando o Município de Vila Nova de Poiares interessado em fazer o pagamento dessa despesa, assim como o Município de Arganil que não lhe interessa esse percurso e o pagamento dessa despesa, pelo que iremos propor que a rota a efetuar seja simplesmente Góis-Vila Nova de Poiares, devendo os utilizadores apanharem outro autocarro nesse concelho até Coimbra, reduzindo desta maneira a nossa despesa, o que em termos de valores finais não existe qualquer valor. -----

-----O senhor Presidente terminou a sua intervenção felicitando a União Progressiva do Colmeal pelo seu 91º Aniversário parabenizando todo o trabalho que tem vindo a desenvolver junto da comunidade desde a sua génese.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES – Interveio o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues que iniciou a sua intervenção agradecendo ao senhor Presidente da União de Freguesias pelo acolhimento das reuniões descentralizadas do Executivo, dirigindo uma palavra de reconhecimento ao público presente.-----

-----Referiu que iria usar da palavra em nome dos Vereadores do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis pelo facto de ter reunido com a sua colega de bancada para a apresentação dos assuntos que irá expor.-----

-----No âmbito de alguns acontecimentos levados a efeito apraz-lhe felicitar o Município de Góis pela atribuição do Galardão Bandeira Verde ECOXXI pela ABAE – Associação Bandeira Azul da

Europa. De igual modo felicitou os desportistas Diogo Ventura pelo primeiro lugar no pódio da prova CN Sprint Enduro, em Vilar de Mouros, fazendo votos para que tenha sucesso na prova que irá decorrer em Alcobaça, Gonçalo Gaspar por se ter consagrado Campeão Nacional de Enduro BTT 2022, e a dupla Hugo Lopes e Tiago Neves, este último com raízes familiares em Cabreira, pelo resultado alcançado na Constância Rallye Vouzela e Viseu, sendo estes jovens goienses reconhecidos a nível nacional pela modalidade desportiva que praticam o que a todos nos engrandece. Prevaleceu-se para em nome do senhor Dr. António Santos, Presidente da Direção da União Progressiva do Colmeal, felicitar esta organização pela comemoração do 91º Aniversário e, naturalmente, pelo excelente trabalho que têm desenvolvido ao longo destes anos.-----

-----Seguidamente, solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal que lhe fosse facultado uma relação referente aos pedidos de licenciamento de obras particulares.-----

-----Estando a presente reunião a realizar-se na União de Freguesias referiu que desejava apresentar algumas questões que são estruturantes e fundamentais para esta freguesia nomeadamente as vias de comunicação, pelo que referiu ser fundamental a melhoria no cruzamento da estrada do Vale do Ceira para o Senhor da Amargura e deste ponto à Rua João de Deus Duarte, na parte detrás do Colmeal, a qual se encontra em péssimo estado para a circulação de pessoas com fraca mobilidade. Uma outra via que necessita de ser melhorada é a Rua da Padaria em Colmeal, bem como alguns melhoramentos nas ruas interiores da aldeia do Sobral. Quanto às vias que necessitam de ser intervencionadas ao nível de alcatroamento, referiu ser a estrada de acesso ao Carvalhal, bem como na rua interior desta aldeia até ao cemitério, a chamada Rua de Baixo, situação algumas vezes apontada em sede do Executivo. Uma outra via é a de Foz da Cova, no troço entre o ramal e o largo, situação apontada ao Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis por alguns residentes nesta localidade. Na localidade de Malhada também as ruas carecem de betuminoso, situação apresentada no anterior mandato, tendo sido comunicado que apenas ficaram por intervir devido ao facto da máquina em questão ser demasiado grande para as ruas em questão, devendo a intervenção ser realizada num período posterior, sendo certo que até à data essa intervenção ainda não foi efetuada, pelo que reiterou esta mesma necessidade. Relativamente aos estradões e aceiros nesta freguesia referiu que efetivamente também necessitam de ser objeto de intervenção carecendo este serviço de

ser planeado de forma a que os serviços sejam realizados antes da época da probabilidade de ocorrência de incêndios florestais. Ainda sobre limpeza de estradões fez referência ao existente abaixo da Malhada, sendo este uma alternativa a quem pretende sair desta aldeia em caso de evacuação urgente, incluindo a colocação de aqueduto em direção à habitação do senhor Olivença. Uma outra situação é a manutenção do estradão de acesso à Quinta das Águias onde atualmente reside uma família com crianças em idade escolar o que de facto é importante uma via de acesso transitável de modo a se circular em segurança. No Cadafaz fez referência à reparação da parede suporte da estrada em frente à habitação do senhor Jorge Videira, em Portos, porquanto é visível o estado de degradação desta podendo com o passar do tempo esta situação ficar ainda mais degradada pondo a circulação de bens e pessoas em risco. Fez referência à necessidade de reparação da estrada de Ádela ao limite com o concelho de Arganil, entendendo que esta situação merecia um outro olhar uma vez que se esta via ficar intransitável ficará vedada a passagem entre ambos os concelhos. Ainda em termos de segurança para quem circula nas estradas da União de Freguesias é visível a falta de railes de proteção.-----

-----Continuou, fazendo referência à situação do Poceirão, em Cabreira, assunto várias vezes explanado em anteriores reuniões, o qual com o aproximar do período de maior intensidade de chuva poderá deteriorar-se ainda mais podendo daí ocorrer situações menos agradáveis-----

-----Relativamente à estrada do Vale do Ceira referiu que a mesma necessita de ser intervencionada ao nível da limpeza e de algum tipo de melhoramento para que se possa circular nas melhores condições de segurança, sendo a intervenção nesta de todo importante por ser a via principal de acesso à União de Freguesias. -----

-----Sobre a escola primária da Malhada referiu ser do conhecimento de todos o estado de deterioração em que este imóvel se encontra entendendo que a Câmara Municipal deve tomar algum procedimento de forma a num futuro próximo não sejam somente ruínas de um edifício municipal, pelo que seria interessante estudar-se um fim a dar a este edificado.-----

----Por último, ao nível do acesso a comunicações móveis referiu ser esta a parte do concelho que mais carece de ser intervencionada a este nível, situação algumas vezes apresentada em sede do Executivo, devido a ser considerada uma ferramenta de trabalho a vários níveis, relembrando que no ano de 2017 aquando a ocorrência dos incêndios arderam um número substancial de postes os quais na sua totalidade não foram ainda repostos. Efetivamente existem

localidades que apenas têm telefones fixos por satélite, Malhada, Foz da Cova, Açor, Ádela, Saião, havendo outras aldeias que têm somente telefone fixo cuja operadora é a NOS, havendo outras situações de acesso a outras redes móveis na Cabreira, Sandinha, Cadafaz, sendo que em Sobral só em alguns locais é que possível o acesso à rede móvel. Neste sentido, reiterou o pedido para que a Câmara Municipal continue a fazer pressão junto das competentes entidades para que esta situação seja revista.-----

-----O senhor Presidente relativamente à relação de obras particulares informou que irá solicitar aos serviços da DGUPA e oportunamente será facultada aos senhores Vereadores.-----

-----Relativamente às situações reportadas pelo senhor Vereador infelizmente nenhuma destas é novidade para o Executivo porquanto não são deste período carecendo estas, maioritariamente, de alguns anos a esta parte de resolução, estando o atual Executivo há um ano em gestão. Efetivamente os factos apresentados já o foram também expostos pelo senhor Presidente da União de Freguesias sendo óbvio que na medida do possível e dentro das disponibilidades e dos recursos que o Município tiver a Câmara Municipal irá tentar resolvê-los. Em relação à limpeza e manutenção dos estradões referiu ser sabido por todos que tem sido uma das preocupações deste Executivo, lembrando os trabalhos efetuados em muitos estradões florestais, bermas e aquedutos, estando o trabalho à vista de todos. Na União de Freguesias a informação que dispõe é que este trabalho foi realizado no ano transacto, não tendo presente todos os pontos, pelo que caso seja necessário o senhor secretário do GAV intervirá para informar. Quanto à situação do Poceirão referiu estar a mesma sinalizada, lembrando que se trata de uma intervenção que carece de autorização da APA, recordou ter já dado conhecimento de que esteve in loco um Técnico da APA acompanhado por um Técnico da Câmara Municipal, tratando-se de uma intervenção um pouco complexa, porquanto não se poderá intervir com cimento, pois os trabalhos anteriormente executados não poderiam ter sido realizados da forma como o foram. Lembrou que no âmbito do REACT 1 houve a possibilidade de a Câmara Municipal apresentar candidaturas por forma a alguns açudes serem intervencionados, porém, aquando o início do presente mandato fomos informados que houve um período que a Câmara Municipal teria de ter sinalizado todas estas situações e não o fez, não tendo sido permitida a apresentação de candidatura para a recuperação de alguns açudes. Neste sentido, foi-nos comunicado que os valores sobrantes do programa REACT1 iriam ser aplicados no REACT2 e que Góis iria ser

contemplado pelo que os três projetos existentes poderão vir a ter aval positivo sendo um destes o do Poceirão. Ainda sobre este assunto deu conhecimento do açude dos cavalos, Vila Nova do Ceira, em que a autarquia desejava intervir com meios próprios, uma vez que existe um projeto, sendo que posteriormente poderíamos reclamar através de candidatura o montante afeto aos trabalhos necessários, tendo contacto o Diretor da APA solicitando a presença de um Técnico in loco para validar o projeto uma vez que sem autorização da APA não poderemos efetuar a intervenção, sendo que até à data ainda não foi dada resposta ao seu pedido. Referiu que com as suas palavras desejava esclarecer que muitas das vezes não se intervém no imediato por causa das burocracias que alguns processos carecem o que efetivamente faz com que estes se prolonguem no tempo contra à nossa vontade. -----

-----Relativamente às comunicações referiu que a ANACOM abriu um procedimento no sentido de todos os interessados públicos e particulares poderem sinalizar o que denominam de zonas brancas, zonas de difícil acesso às redes móveis ou onde não existe sequer rede móvel, tendo a Câmara Municipal sinalizado todas, sendo que qualquer particular também o poderá fazer, tendo o procedimento sido reaberto, pelo que a autarquia irá novamente sinalizar essas mesmas zonas brancas. Ainda nesta matéria informou que desde o início do mandato já foram realizadas reuniões com todas as operadoras de rede móvel, inclusive com a Fibroglobal, sendo que há duas semanas presencialmente reforçamos junto da Altice a necessidade de haver alguma intervenção nas zonas do nosso território que carecem de acesso móvel por percebemos a necessidades dos residentes e de quem nos visita nesta matéria. Reiterou as suas palavras que este trabalho junto das operadoras tem sido feito com muita insistência, mas sistematicamente a resposta que temos tido é que o retorno que há face ao investimento necessário é pequeno e dificilmente se farão os trabalhos necessários. Referiu ser do seu conhecimento, ainda que não seja oficial, que na freguesia de Alvares se encontram a ser instaladas antenas de telecomunicações esperando que seja o início de um processo que se difunda às restantes freguesias e que permita que haja uma melhoria da rede de telecomunicações.-----

-----Referiu que as situações expostas pelo senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues são do conhecimento do Executivo sendo intenção satisfazer todas as necessidades prementes no mais curto espaço de tempo. Contudo, também temos que ter em conta o orçamento municipal havendo não somente limitações ao nível orçamental, mas também ao nível de pessoal

e equipamentos. Referiu que no ano de 2022 entre obras em consignação, para início, em aprovação, estudos efetuados, obras iniciadas, projetos em execução, porque na falta destes não podemos apresentar candidaturas a fundos comunitários, sendo o montando valor destes investimentos 1.415.491,16€ para um orçamento municipal de cerca 10.000.000.00 € em que cerca de 40% são para salários, havendo obrigações do município com as despesas correntes e outras que têm de ser salvaguardadas o que para investimento fica muito pouco. Acresce que muitos dos Avisos publicados apesar de todos poderem concorrer já têm à priori destinatário escolhido, sendo exemplo disso o projeto elaborado para apresentação de candidatura aos Bairros Digitais em que a Câmara Municipal tinha o projeto de requalificação do Largo do Adro, no montante de 180.000,00€, reunindo este todos os requisitos necessários, tendo esta sido excluída por não ter sido mencionado o nome da Rua em questão, sendo que no Aviso não faz referência à menção do nome da Rua, tendo este sido um “bode expiatório” para nos excluir. A Câmara Municipal já reclamou estando a aguardar a respetiva resposta. Efetivamente este programa tinha um teto financeiro em que se verificou que o valor de todas as candidaturas era superior a esse mesmo montante financeiro disponível pelo que se teve que arranjar motivos para que algumas candidaturas fossem reprovadas. -----

-----É um facto que não conseguimos fazer tudo de uma vez só, mas temos feito um esforço de quando abrem avisos apresentar candidaturas a alguns projetos para sermos financiados para não termos que recorrer ao orçamento municipal para realização de algumas obras. Para requalificação de estradas referiu a não existência de recursos financeiros através de candidaturas para esse mesmo efeito, referindo que em visita ao Parlamento Europeu foi comunicado que a U.E. não financiar vias de comunicação nos próximos anos por considerarem que o número de vias construídas nos últimos anos em Portugal é suficiente. Efetivamente o que poderá existir é financiamento do orçamento de estado para investimento nesta área sendo que poderá ser este o caminho a traçar para investimento nas nossas vias de comunicação, conscientes de que não pudemos fazer tudo de uma vez só, mas tentaremos satisfazer os desejos e as necessidades das populações destes territórios porque somos sensíveis a todas estas situações. -----

-----A senhora Vereadora Bárbara Patrícia Correia Serra referiu ser com muita satisfação que está presente nesta reunião na União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal. Face à intervenção do seu

colega de bancada que elencou um conjunto de assuntos pertinentes relacionados com a União de Freguesias, somente lhe resta questionar qual o ponto de situação da toponímia nesta freguesia. -----

-----O senhor Presidente referiu não ter informação concreta nesta matéria, tendo conhecimento que parte do trabalhos já se encontra efetuado, solicitando ao senhor secretário do GAV para se pronunciar nesta matéria.-----

-----Dada a palavra o senhor Victor Simões informou que na União de Freguesias apenas carece de colocação de parte da totalidade de placas toponímicas e respetivos números de polícia a localidade de Sandinha, não existindo ainda toponímia em Saião, Salgado e Sobral, por inexistência de propostas, faltando apenas em algumas localidades a colocação de números de polícia, sendo exemplo Capelo e Sandinha.-----

-----O senhor Presidente referiu que muitas vezes não conseguimos terminar alguns trabalhos em curso nesta matéria porque em termos de aquisição de material o mercado está complicado explicando os constrangimentos com que temos sido confrontados em alguns procedimentos concursais. -----

-----O senhor Vereador Graciano Antunes Rodrigues agradeceu ao senhor Presidente da União de Freguesias a recetividade em realização desta reunião da Câmara Municipal, bem como ao público presente por se associar a esta o que efetivamente é de salutar.-----

-----Iniciou a sua intervenção referindo comungar com as necessidades elencadas pelo senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues sendo que algumas destas fariam parte dos assuntos que desejaria expor, porém, como já foram apresentadas não irá repetir as mesmas situações. -

-----Congratulou-se pelo facto de o Município de Góis ter sido, mais uma vez, galardoado com a Bandeira Verde ECOXXI pela a ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa, fruto das ações levadas a efeito pelo Câmara Municipal. De igual modo associou-se às felicitações dirigidas aos atletas de Góis reconhecendo o mérito destes na modalidade desportiva que praticam. Parabenizou a União Progressiva do Colmeal pelo seu 91º Aniversário, reconhecida por muitos pelo trabalho que, têm vindo a desenvolver no território da União de Freguesias. -----

-----Embora a reunião esteja a decorrer da União de Freguesias apraz-lhe apresentar assuntos que, não estão relacionados com este no território, pelo que, desejava saber o ponto de situação da ciclovía do Vale do Ceira, sendo que é do seu conhecimento que o projeto se encontra em

curso, porém, ultimamente não tem sido transmitida qualquer informação sobre o mesmo, consubstanciando-se a sua questão que esta ciclovía, incluía uma existente num projeto do mandato anterior que incluía Góis-Vila Nova do Ceira, a qual já se encontrava um pouco mais avançada, mas até ao presente não houve nenhuma informação sobre esta obra. -----

----Relativamente ao espaço Coworking referiu que, pelo que lhe foi transmitido, ultimamente a utilização deste é mínima ou até mesmo inexistente, sendo um espaço arrendado, no qual onde anteriormente funcionou o Espaço Internet, o qual tinha uma frequência significativa, prendendo-se a sua questão que, face à utilização atual deste espaço se o mesmo não poderia ter uma outra dinamização de forma a que fosse mais rentável/utilizado face à despesa mensal que este representa para o município. -----

----Sobre a fixação de pessoas referiu que muitos se deparam com a dificuldade existente, na área da vila, para construção de habitação, face aos preços praticados na venda de terrenos, tratando-se de um assunto que se prolonga há demasiado tempo, pelo que a Câmara Municipal, tendo condições, por exemplo na Quinta do Baião, nomeadamente na zona a seguir ao Parque Municipal, zona que já tem algumas infraestruturas necessárias, poder-se-ia proceder ao loteamento da zona junto à estrada, disponibilizando os mesmos para construção, obedecendo esta a determinadas regras e, por esta via contribuir para normalização dos preços de venda praticados em Góis. Ainda em matéria de habitação referiu, a dificuldade em se arrendar um espaço para fixar residência, pelo que, questionou da possibilidade de no imóvel onde a Câmara Municipal é proprietária de algumas frações, na Rua Com. Bebiano Baeta Neves, poder vir a ser parte deste ser convertida em frações residenciais.-----

----Um outro assunto que expôs é a necessidade de recuperação da escada de acesso ao Parque do Cerejal pela Rua Alice Sande, a qual se encontra degradada e a degradar-se face a utilização abusiva de alguns condutores de motociclos e, também ao estacionamento de alguns veículos junto à mesma, pelo que solicitou a possibilidade de neste local serem colocados alguns pilaretes de segurança. Ainda na Rua Alice Sande referiu que, a Altice ainda não procedeu à retirada do poste de comunicações ali existente apesar de ter sido comunicado que a Câmara Municipal já teria procedido a comunicação junto da empresa para esse mesmo efeito.-----

-----Relativamente ao Parque Municipal referiu que, este complexo contempla um espaço para ali agregar o serviço de mecânica da Câmara Municipal pelo que, questionou para quando é que

está agendado a deslocalização deste serviço para este equipamento.-----

-----Como já referiu comunga dos problemas apresentados sobre a União de Freguesias, porém, referiu que na localidade de Açor existe a necessidade de alargamento de uma curva na via que serve o interior desta povoação e o arranjo do Largo da Capela, bem como, a estrada no interior de Ádela, pelo que, quando forem realizados trabalhos na estrada de acesso ao concelho de Arganil considera que, devem estes trabalhos ser realizados simultaneamente. Ainda nesta zona referiu que deverá ser rentabilizada a água existente, devendo esta ser direcionada para o depósito de combate a incêndios desta localidade. No que concerne à empreitada do Largo do Freixieiro, na povoação da Cabreira questionou se existe alguma data para o seu término, visto que lhe parece que está um pouco atrasada. Quanto à estrada do Vale do Ceira referiu que, em última reunião da Câmara Municipal um elemento do público no uso da palavra agradeceu o trabalho realizado ao longo desta, porém, pelo que pode constatar, os trabalhos realizados não coincidem com o que foi afirmado, assim, a mesma ainda carece de alguns trabalhos, pelo que, solicitou a limpeza desta, com urgência em pelo menos algumas curvas, por forma a facilitar a circulação de trânsito, assim como a reparação/substituição de alguns railes de proteção, sendo que, antes da localidade de Sandinha existe um troço de estrada que está a ceder, o que, se não for intervencionada atempadamente poderá ceder totalmente.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação à ciclovia do Ceira referiu que se trata de um projeto da CIM RC não tendo presente o ponto de situação deste pelo que oportunamente prestará os devidos esclarecimentos. Quanto à ciclovia Góis-Vila Nova do Ceira referiu que conforme está o projeto não reúne condições de segurança para os ciclistas pelo que não será sua intenção concretizar este projeto conforme foi apresentado, salientando que quando este foi presente ao Executivo manifestou a sua posição contra face ao projeto elaborado, porquanto pretendia-se numa estrada em que os veículos tendencialmente andam a mais 100/km seria um risco para quem utilizasse a ciclovia tanto a correr como de bicicleta, pelo que a concretizar-se uma ciclovia neste percurso terá que reunir todas as condições de segurança para quem a utilizar.-----

-----Relativamente ao espaço de Coworking referiu que sempre que o mesmo é solicitado é utilizado, tendo tido uma frequência assídua de uma professora universitária, residente em Aigra, e de um jovem que o utilizava para frequentar o ensino universitário à distância. Trata-se de um

espaço que não poderá ser utilizado para um outro fim por ter sido criado no âmbito de uma candidatura que tem de obedecer a determinadas regras.-----

-----No que concerne à habitação da vila e, consequentemente no nosso território, é um facto que a todos nos preocupa pelo que informou que a Câmara Municipal já deu início à elaboração da estratégia local de habitação a qual está praticamente finalizada, sem a qual não há a possibilidade de recurso a fundos para se fazer intervenções em imóveis, nomeadamente ao Programa 1º Dtº, que só permite recorrer a fundos se existir este documento, sendo que para este e outros efeitos tivemos que a elaborar, sendo esta morosa e complicada, a fim de ser presente a ambos os órgãos para deliberação e aprovação. Acrescentou que está previsto o início do loteamento na zona da Quinta do Baião mencionada pelo senhor Vereador, contudo as obras terão de ser efetuadas pela Câmara Municipal não havendo financiamento para esse mesmo efeito. Sendo a habitação um dos assuntos prementes referiu ter havido alguns procedimentos que havia a necessidade de fazer recuperação de habitações, como o alojamento urgente e temporário, que poderia ser efetuado pelas IPSS, mas, tinha uma condicionante em que as casas tinham que ficar disponíveis durante 20 anos para esse fim, tendo sido sinalizadas IPSS's com habitações, mas não quiseram aderir ao programa, ainda que a recuperação fosse financiada a 100%. Ainda sobre habitação referiu que está a ser elaborado um estudo nos locais de maior aglomerado populacional do concelho de imóveis de 2ª habitação que se encontram devolutos e não ocupados para termos conhecimento da disponibilidade dos proprietários em arrendá-los. Efetivamente é um assunto preocupação da Câmara Municipal pelo facto da existência de muitos cidadãos tanto de nacionalidade portuguesa, com estrangeira, que recorrem à Câmara Municipal para terem conhecimento se existe habitação para arrendar. Em relação ao imóvel referido em que a Câmara Municipal é proprietária de frações referiu que é sabido que não existem tantos espaços que possam ser transformados em habitação, havendo apenas uma fração que poderia vir a ser disponibilizada para esse mesmo efeito, caso não estivesse a ser utilizada como Espaço Museológico.-----

-----Em relação à escada de acesso ao Parque do Cerejal informou que a Técnica Lurdes Rodrigues se deslocou ao local com o empreiteiro para verificar a situação pois a intervenção realizada não ficou correta, tendo sido solicitado que intervenha de forma a eliminar as anomalias. Quanto ao poste da Altice irá reiterar o pedido feito à empresa. De seguida deu a palavra ao senhor

secretário do GAV para proceder ao esclarecimento sobre a deslocalização das oficinas municipais para o Parque Municipal.-----

-----Dada a palavra o senhor Victor Simões referiu que a nova oficina não reunia as condições necessárias para a deslocalização dos serviços, um vez que não tinha ar comprimido, pelo que se teve que fazer trabalhos para colocação de um compressor, bem como dotar o espaço de fichas trifásicas, faltando ainda levar da atual oficina os elevadores de carros após validação de empresa responsável, sendo o novo espaço exíguo em relação ao antigo.-----

-----O senhor Presidente em relação às questões apresentadas sobre a localidade do Açor referiu ser do seu conhecimento pelo que oportunamente também serão realizados os necessários trabalhos fazendo todo o sentido que quando as máquinas se encontram nos locais fazerem o maior número de trabalhos essenciais para que se economizem recursos. No que concerne à obra no Largo da Cabreira referiu que os trabalhos se encontram em curso, lembrando os fundamentos apresentados aquando a empreitada se encontrou estagnada. Quanto à questão da estrada de Vale do Ceira referiu que o munícipe do público no uso da palavra falou unicamente na intervenção que estava a decorrer nas faixas de gestão na União de Freguesias por parte dos trabalhadores do Município. É um facto que todo o percurso necessita de ser intervencionado recordando que no procedimento concursal lançado no corrente ano para a intervenção nas faixas de gestão na freguesia de Alvares que tinha um valor de 150.000,00€, os trabalhos não foram efetuados na sua totalidade porquanto o vencedor do procedimento apresentou um valor inferior estando os trabalhos em fase de conclusão. No próximo ano, referiu que o valor que irá ser colocado em orçamento será para ser aplicado na União de Freguesias de Cadafaz e do Colmeal. Acrescentou que com a verba remanescente do valor previsto para a intervenção na freguesia de Alvares será direcionada para a zona do Vale do Ceira, assim os procedimentos legais o permitam. Em relação à questão apresentada na Sandinha agradeceu a informação pelo que irá solicitar aos serviços para a verificar.-----

-----O senhor Vice Presidente agradeceu ao senhor Presidente da União de Freguesias pela forma como tem colaborado com Executivo salientando que nem sempre é fácil a resolução de alguns assuntos em tempo útil devido a alguns constrangimentos, solicitando ao senhor Carlos da Conceição Jesus compreensão porque é intenção do Executivo priorizar a resolução de assuntos que todos entendem ser prementes neste território.-----

Prosseguiu felicitando os atletas que se têm destacado nas modalidades desportivas que praticam e que, naturalmente, têm defendido as cores de Góis. -----

-----Reiterou as palavras do senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente à consulta pública aberta pela ANACOM a qual resultou de uma primeira abordagem realizada no nosso concelho para ter conhecimento no nossos território das chamadas zonas brancas, apelando à participação de todos. Acrescentou que na referida consulta tem anexo o caderno de encargos e o programa de concurso para que 85% do território, conforme diretrizes governamentais, tenha cobertura de rede. Referiu ser do seu conhecimento que tanto na freguesia de Alvares, como na União de Freguesias, já foram contactados particulares para instalação de antenas, não tendo o Município sido notificado, porém se já se encontram no terreno poder-se-á subentender que é resultante do trabalho realizado junto da ANACOM pela Câmara Municipal, o que de facto é positivo dado que o acesso à rede móvel é atualmente um instrumento fundamental nos nossos dias.-----

-----Sobre a limpeza das faixas de gestão na União de Freguesias referiu que, conforme palavras proferidas pelo senhor Presidente, irá ser aplicada a verba remanescente dos trabalhos de Alvares na limpeza entre Colmeal e a cortada, no ano em curso, por entendemos que se trata de uma zona que oferece algum perigo ao piso ali existente, tendo sido dadas indicações ao Técnico para contactar com empresas do ramo a fim de os trabalhos se iniciarem o mais breve possível.-

-----Terminou referindo que do dia 30 de outubro a 1 de novembro irá se realizar a Feira dos Santos, da Castanha e do Mel, no Pavilhão Gimnodesportivo, dirigindo convite aos presentes para se associarem a este evento.-----

-----O senhor Presidente na sequência das palavras do senhor Vice Presidente relativamente à Feira dos Santos, da Castanha e do Mel convidou, formalmente, o Executivo e naturalmente os presentes a se associarem a este evento, no dia 30 de outubro, pelas 12.00 horas, período em que será inaugurado este certame podendo todos se associarem às várias iniciativas programadas. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

2 – PÚBLICO: -----

-----a) Usou da palavra o senhor Carlos da Conceição Jesus, Presidente da União de Freguesias, referindo que em nome da freguesia que preside é uma honra a presente reunião da Câmara

Municipal estar a ser realizada na sua freguesia, sendo de todo gratificante e importante.-----

-----De seguida, referiu que tem tido como princípio dar conhecimento oficialmente à Câmara Municipal de algumas situações que carecem de ser resolvidas. Mais referiu que na sequência de alguns dos assuntos abordados ora pelos senhores Vereadores apraz-lhe mencionar que no que concerne à estrada de Ádela à Selada das Eiras há cerca de uma semana o Presidente da Junta de Freguesia de Cepos contactou os serviços da freguesia dando conhecimento de que os trabalhadores que estavam a executar os trabalhos na linha elétrica manifestaram a sua preocupação com o piso da referida estrada por entenderem que este se encontraria a ceder. Na sequência desta informação solicitou a um trabalhador da freguesia para ir ao local verificar a situação no sentido de se ter conhecimento se se tratava de um facto antigo ou recente, para que este assunto fosse no imediato sinalizado ao Município, sendo efetivamente um facto antigo, tendo a sua pessoa constatado o mesmo, pelo que apelou para que esta parte do troço seja sinalizada. -----

-----Relativamente às comunicações referiu que um seu amigo, oriundo desta freguesia, tem contacto privilegiado na ALTICE MEO, tendo o próprio manifestado a situação que se vive na União de Freguesias tendo tido como resposta que apresentasse uma listagem das carências existentes em termos de comunicações. Nesse sentido, referiu que foi efetuado pela Junta um levantamento das necessidades existentes ao nível de comunicações em todas as aldeias desta freguesia, tendo o mesmo sido entregue a fim de o fazer chegar à pessoa que o solicitou. Ainda em termos de comunicações referiu que a União de Freguesias disponibilizou equipamento informático e acesso à internet no Colmeal, Cadafaz e Cabreira para quem necessite de o utilizar.-

-----Em relação à toponímia referiu que o anterior Executivo da Junta solicitou ao Grupo de Amigos do Sobral, Saião e Salgado para se pronunciarem relativamente à atribuição de topónimos para as ruas das respetivas aldeias. Contudo, estávamos em época de Pandemia e esse trabalho não foi realizado, tendo este sido feito após o período pandémico, pelo que já foi entregue na Câmara Municipal, na passada semana, a proposta de atribuição de topónimos apresentada pela coletividade e validada pelo seu Executivo. -----

-----No que concerne à transferência de competências da Câmara Municipal nas freguesias referiu que conforme palavras do senhor Presidente existe alguma dificuldade em que este processo seja concretizado, sendo do seu conhecimento que se trata de uma preocupação e

reivindicação do Executivo da Junta. É um facto que é do conhecimento de todos as dificuldades acrescidas com que as autarquias se deparam com o aumento dos combustíveis, sendo que cerca de 90% dos trabalhos efetuados pelos trabalhadores da freguesia são com maquinaria que carece de combustível, pelo que solicitou que assim que haja oportunidade seja realizada reunião com todas as freguesias no âmbito da transferência de competências. Referiu ainda que fruto das candidaturas apresentadas no âmbito dos incêndios de 2017 a Junta depara-se com uma situação muito frágil ao nível de verba para aplicar em investimentos, tendo para o efeito apresentado uma súmula nesta matéria, facto já comunicado aos fregueses, pelo que solicitou apoio à Câmara Municipal para que se possa prestar um melhor serviço aos seus fregueses.-----

-----O senhor Presidente em relação à estrada referenciada referiu que o senhor secretário do GAV irá verificar a situação apontada a fim de se saber a possibilidade de intervir no imediato. Em relação às comunicações agradeceu a informação, sendo que no que respeita à toponímia efetivamente terão que ser cumpridos os procedimentos legais para que, posteriormente, sejam colocadas as respetivas placas toponímicas. No que concerne à transferência de competências referiu que a Câmara Municipal sinalizou as que poderão ser transferidas tendo sido solicitado ao serviço da contabilidade para que se faça um apuramento dos valores que poderão vir a ser alocados às transferências efetuadas para as freguesias, pelo que a seu tempo será efetuada reunião para esse mesmo efeito. Em relação ao apoio solicitado informou que irá verificar junto dos serviços a possibilidade de atribuição do mesmo ainda no ano em curso.-----

-----b) O senhor António Santos iniciou a sua intervenção agradecendo ao Executivo pelo facto de ter deliberado a descentralização de algumas reuniões da Câmara Municipal uma das quais se encontra presentemente a realizar na União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal. De igual modo agradeceu as palavras dirigidas no âmbito do 91º Aniversário da União Progressiva do Colmeal, coletividade que preside há 25 anos estando a sua pessoa na reta final do seu mandato pelo que alguém irá dar continuidade ao trabalho realizado. -----

-----Relativamente às estradas na União de Freguesias fez referência à via do Senhor da Amargura à Rua Manuel Duarte de Almeida, benemérito que em muito ajudou esta freguesia, e a outra que entronca ao cimo da Padaria as quais se encontram em péssimo estado, conforme o senhor Presidente e Vice Presidente puderam constatar in loco, segundo lhe foi transmitido. No que respeita aos railles de proteção o senhor Presidente da União de Freguesias tem conhecimento

porquanto reiteradamente tem sido pedido a colocação deste equipamento junto ao poço de porto ribeiro sendo urgente pois em caso de acidente rodoviário provavelmente poderá não ter um bom desfecho.-----

-----Referiu que reiteradamente é solicitada a vinda de pessoas para visitarem e se fixarem no interior do país, porém em termos de oferta de serviços deparamo-nos com alguns constrangimentos nomeadamente a disponibilidade no acesso a comunicações móveis, sendo que atualmente o acesso à internet é uma prioridade, pelo que disponibilizou um terreno sua propriedade para ali, caso haja essa necessidade, ser colocada uma antena. É um facto que anteriormente aos incêndios do ano de 2017 parte deste território estaria abrangida com essa rede, o que estagnou após a ocorrência deste flagelo, solicitando que seja dada prioridade a este assunto por se tratar de uma ferramenta importante a vários níveis, sendo um destes a fixação de pessoas. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu ter conhecimento do estado em que se encontra o piso das referidas estradas, estando o senhor secretário do GAV ao corrente dessa situação, sendo que quanto à colocação de railes foi lançado concurso para aquisição deste equipamento que ronda os 69.000,00€, não tendo presente se o local apontado consta na informação para efeitos de concurso. Em relação à rede de internet referiu ser um assunto na ordem do dia deste Executivo sendo reiteradamente contactadas empresas do ramo, nomeadamente a Altice, porquanto é interesse municipal em dotar as freguesias de rede móvel.-

-----b) O senhor Jorge Almeida congratulou-se pela presente reunião estar a ser realizada na União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal referindo que deverá ser dada continuidade à realização de reuniões da Câmara Municipal descentralizadas de forma a que haja uma maior proximidade dos munícipes à Câmara Municipal. -----

-----Desde o ano de 2017 que a União de Freguesias se debate com dois grandes problemas, as estradas e as telecomunicações, assunto reiteradamente exposto no anterior mandato por munícipes desta freguesia. Referiu que, na sua ótica, a questão das telecomunicações não se prende somente com a colocação de novas antenas, mas, sim com o reforço do sinal existente, sendo do seu conhecimento a existência de uma antena em Colmeal, que apenas serve esta localidade pelo que se a Altice expandir o sinal para fora da localidade do Colmeal possivelmente outras localidades poderão ser contempladas com essa mesma rede. Referiu que o Açor tem uma

boa rede de telecomunicações por causa da antena que se encontra localizada em Cepos, Município de Arganil, porém caso o sinal da antena localizada em Fajão for reforçado, outras localidades do Vale do Ceira poderão vir a ser contempladas, solicitando à Câmara Municipal que tome os procedimentos necessários para esse mesmo efeito. Referiu ainda a existência de alguns postes inutilmente junto à berma da estrada do Vale do Ceira não sabendo quem os ali colocou e qual a sua finalidade. No que respeita às estradas referiu que importa simultaneamente limpar as estradas e também as valetas pois em época de chuvas intensas é inevitável que a falta de limpeza das valetas a água escorra para a via fazendo que esta, com o tempo, se degrade. Referiu que presentemente foram feitas referência a três situações de vias que necessitam de intervenção, nas quais transita diariamente esperando que não se venha a repetir a situação com que se confrontou há três anos, salientando que são cerca de cinco metros de piso que carecem de arranjo, sendo visível o piso estar “em degrau” sendo uma situação de fácil resolução. A 200 metros após a localização de Ádela existe uma outra situação, ou seja, um muro do lado direito o qual está sinalizado desde o ano de 2017, tendo para o efeito nessa data dado conhecimento à Câmara Municipal com registo fotográfico, sendo que por debaixo do piso existente estará aberta uma rutura de cerca 1,50 m, tendo sido para o efeito colocada tela no local, porém com a passagem de viaturas pesadas poderá haver a ocorrência de algum acidente. Efetivamente referiu que o terreno do lado de cima desta via é propriedade da União de Freguesias pelo que naturalmente poderá ser equacionada a hipótese de alargamento de um dos lados da via a fim de evitar a ocorrência de algum acidente. -----

----O senhor Presidente referiu que em relação à questão das antenas irá junto da entidade competente verificar a viabilidade da proposta apresentada. Em relação às intervenções nas estradas referiu ser do seu conhecimento a necessidade de serem intervencionadas porém, a Câmara Municipal não tem capacidade para efetuar simultaneamente todos os trabalhos necessários nas freguesias do concelho tendo anotado as situações expostas.-----

-----c) A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu que o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues no uso da palavra elencou alguns dos assuntos que iria expor pelo que apenas irá abordar outros não referidos. Um destes é a Rua António Costa Almeida cujo piso em todo o seu percurso se encontra degradado podendo provavelmente ser reparado pelos trabalhadores da Câmara Municipal. Uma outra situação, a qual foi reportada ao anterior

Executivo, tendo o senhor secretário do GAV na altura verificado a situação, ou seja, no ano de 2010/11 foi edificado na Rua António Manuel Freire um muro de suporte da estrada municipal, sendo que o citado muro está a ceder fazendo com a estrada ceda também, tendo uma fenda considerável na parte central, tendo os trabalhadores da Câmara Municipal feito uma reparação superficial uma vez que esta continua a expandir-se, existindo nesta zona habitações as quais poderão vir a sofrer algum tipo de dano se este ruir. Ainda sobre este assunto referiu a existência de um constrangimento ao nível do saneamento pois devido à dimensão da fissura fez com que houvesse uma rutura de esgotos dentro da sua habitação acontecimento ocorrido no passado mandato. Um outro assunto é a necessidade de colocação de railes em algumas estradas, nomeadamente no porto ribeiro, bem como no cruzamento quando passamos da estrada municipal para a sede da União de Freguesias. Outro assunto motivo de preocupação são os ramais das estradas de terra que vêm dar à estrada do Vale do Ceira sendo que quando se verifica forte intensidade de chuva verifica-se um arrastamento de terra e pedras para a estrada principal, passando a solução pela construção de um aqueduto de forma a desviar o excesso de água. Referiu que a seguir ao lagar da Cabreira foi feito um muro pela Câmara Municipal de suporte da estrada do Vale do Ceira sendo que, provavelmente, futuramente a obra terá que ser novamente edificada, situação semelhante à saída de Sandinha, existindo no Senhor da Amargura um aqueduto impedido fazendo com que haja um derrame para a estrada. -----

-----Seguidamente questionou o ponto de situação da intenção da APIN de colocação de contadores nos fontanários, lavadores, ou seja, sítios ligados à rede pública e que presentemente não têm contador. Uma outra questão apontada é o ponto de situação da ponte antiga da Candosa por se tratar de um equipamento em madeira a qual não oferece as melhores condições de segurança visto que a madeira se encontra bastante degradada podendo vir a ruir.-----

---O senhor Presidente em relação à colocação de contadores referiu que a APIN ainda não reportou mais informação nesta matéria. No que concerne à ponte da Candosa trata-se um assunto sinalizado que carece de intervenção pelo que oportunamente a mesma será realizada.-

-----d) O senhor Mário Martins referiu comungar com a exposição feita pela senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão sobre o estado em que se encontra a estrada do Colmeal. Uma outra situação que expôs foi o piso existente à porta da habitação do senhor António Costa, considerando que os trabalhos realizados há 20 anos foram mal-executados, situação que carece

de ser resolvida por dificilmente se circular em segurança. Um outro assunto é a toponímia existente no Colmeal, fazendo referência à existência de duas ruas com o mesmo topónimo, Manuel Martins Santos, concordando com a atribuição deste topónimo, porém não tem qualquer sentido a existência do mesmo em dois arruamentos desta localidade, propondo a alteração de um destes topónimos. Uma outra situação é a colocação de uma placa identificativa da estrada do Porto Azinheira. Ainda nesta localidade o Google dá instruções para que os condutores que vão no sentido de Góis seguirem o seu trajeto pelas ruas da aldeia acontecendo que muitas das residências se encontram com as paredes estragadas pelos carros rasparem nestas solicitando que a Câmara Municipal interceda para que este percurso seja retirado. Um outro assunto que expôs é a plantação de eucaliptos existente no concelho, que cada vez se vê mais no nosso território, questionando se o cultivo desta espécie carece de autorização da Câmara Municipal, realçando ter algum receio de circular da EN2 por causa deste tipo de plantação. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente à alteração de topónimo numa das citadas ruas referiu que terá que verificar o que o Regulamento de Toponímia Concelhia refere nesta matéria uma vez que a Câmara Municipal tem de cumprir com o que está plasmado neste documento. Em relação à situação exposta sobre os dados via GPS/Google referiu que iria verificar essa situação. Em relação à plantação de eucaliptos informou que a Câmara Municipal cumpre com a legislação em vigor dado que é da competência do ICNF. -----

-----e) O senhor Acácio Paulo referiu a necessidade de as bocas de incêndio em Ádela serem ligadas ao tanque de água em virtude destas se encontram ligadas diretamente à rede pública, tendo sido informado, no anterior mandato, que aquando o alcatroamento da rua iriam também ser realizados os trabalhos de ligação das bocas de incêndio. No âmbito do incêndio do ano de 2017 algumas habitações foram destruídas estando estas em avançado estado de degradação alertando para esta situação a fim de ser evitada a ocorrência de acidentes. Um outro assunto é efetivamente a limpeza do excesso vegetação na estrada do Vale do Ceira uma vez que se torna um pouco mais difícil circular em segurança.-----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que sobre as bocas de incêndio irá verificar qual o ponto de situação deste assunto, sendo que no que concerne às casas em ruína já foram tomados procedimentos nesta matéria. No que concerne às limpezas referiu que efetivamente não foram todas efetuadas no verão por causa dos normativos emanados pelo governo o que fez com que

durante um período as máquinas tivessem paradas refletindo-se na não execução dos trabalhos o que fez com que estes tivessem de ser reagendados e realizados num período posterior ao previsto, estando parte desses trabalhos a serem efetuados. -----

-----d) O senhor Guilherme Baeta referiu que o senhor Presidente tem conhecimento dos problemas existentes em Malhada, chamando apenas a atenção para umas ruínas à entrada da povoação, junto às placas identificativas, das quais estão constantemente a cair pedras para a estrada, verificando-se essa mesma situação dentro da população, solicitando um cuidado redobrado para estas situações.-----

-----O senhor Presidente referiu ter conhecimento das situações apresentadas sendo que para resolução das mesmas temos que cumprir com a legislação o que leva a que resolução destas situações não sejam tão céleres quanto o desejável.-----

-----e) O senhor Amílcar Almeida fez alusão à escassez de água que levou a que o tanque do Açor não tivesse água natural no caso de incêndio, tendo feito alusão à falta de bocas de incêndio, realçando que os chafarizes necessitam de ser pintados, os muros da rua precisam de reparação e pintura, necessitando o Largo da Capela de ser pavimentado bem como o acesso deste às instalações onde funcionar o bar e wc's de apoio aos eventos da aldeia Açor, e a colocação de rede de iluminação pública à entrada e saída da localidade. Em relação aos javalis questionou sobre a possibilidade de se intervir junto do ICNF no sentido de se ter conhecimento da existência de uma metodologia para o controlo da reprodução desta espécie uma vez que muitos são os estragos que estes animais têm feito.-----

-----O senhor Presidente referiu que os assuntos elencados pelo munícipe efetivamente são do seu conhecimento sendo que irão ser tomadas medidas para resolução destes. Quanto ao excesso do número de javalis referiu ser um assunto várias vezes vindo a público devido aos estragos realizados por esta espécie, não havendo naturalmente uma medida imediata para evitar a reprodução destes animais. Porém, está agendada uma montaria ainda que não vá abranger nesta fase a União de Freguesias.-----

-----O senhor Presidente agradeceu a intervenção dos munícipes referindo terem sido anotadas todas as situações apresentadas pelo que a seu tempo estas irão ter resolução.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3 – ORDEM DO DIA-----

3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR – De acordo com o determinado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 57º, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião realizada no dia onze de outubro do ano de 2022, sendo assinada pelo senhor Presidente e por quem a lavrou.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.2 – ASSOCIAÇÃO SMART WASTE PORTUGAL/ADESÃO COMO MEMBRO INSTITUCIONAL – O senhor Presidente referiu que a Associação Smart Waste Portugal (ASWP) é uma associação sem fins lucrativos que tem por objeto criar uma plataforma de âmbito nacional, que potencie o resíduo como um recurso, atuando em toda a cadeia de valor do Setor, promovendo a Investigação, o Desenvolvimento e a Inovação, potenciando e incentivando a cooperação entre as diversas entidades, públicas e privadas, nacionais e internacionais.-----

-----Referiu que a ASWP tem como principais atribuições: Contribuir para a produção e divulgação de conhecimento no domínio da área dos resíduos e economia circular; Fomentar no Setor a investigação e a troca constante de ideias, experiências e projetos; Dinamizar ações que valorizem a cooperação entre as entidades com atuação na área dos resíduos e na área da economia circular; Estabelecer contactos preferenciais com universidades, empresas, institutos de investigação e outros organismos, públicos ou privados, e com associações congéneres, nacionais, estrangeiras e internacionais, tendo em vista a prossecução do objeto e missão da ASWP; Promover e apoiar atividades e projetos que contribuam para a prossecução do objeto do ASWP e dos seus Associados; Colaborar com entidades oficiais ou de interesse público na área do seu objeto principal, tendo em vista a criação das condições que permitam realizar a missão assumida pela ASWP; Gerar novas oportunidades de negócio. -----

-----Mais referiu que a ASWP potencia aos seus Associados as seguintes vantagens: Novas oportunidades de negócio; Aquisição de informação e conhecimento dentro da área; Ter acesso a informação e legislação atualizada na área da economia circular; Ter acesso à publicação bilingue do Estudo sobre a "Relevância e o Impacto do Setor dos Resíduos na perspetiva de uma economia circular"; Maior visibilidade, através da promoção e divulgação das suas atividades e boas práticas, nos meios de comunicação da ASWP; Networking e conhecimento da rede de Associados da ASWP, que envolve entidades do setor dos resíduos, de diversos setores industriais, da academia e do setor associativo; Criar sinergias e dinamizar novas parcerias;

Envolvimento em candidaturas promovidas pela ASWP e seus Associados; Participar em Formações, Conferências e Ações de comunicação dinamizadas pela ASWP; Participar em grupos de trabalho (temas dos Grupos de trabalho: Combustíveis Derivados dos Resíduos (CDR); Composto dos Resíduos Urbanos; Recolha de Resíduos (em parceria com a AEPSA); Resíduos de Construção e Demolição (RCD); Tratamento Colaborativo do desperdício, Perdas e dos Resíduos Alimentares; Plásticos na Economia Circular); Identificar áreas de intervenção prioritárias de atuação; Influenciar os processos de decisão política relevantes para o setor; Promover internacionalmente Portugal como um player competitivo, na transição para a economia circular; NEWSLETTER - Todos os meses a ASWP disponibiliza aos seus associados e subscritores uma newsletter onde destaca os eventos nos quais marcou presença, e ainda eventos futuros. -----

-----De acordo com os Estatutos e Regulamento Interno da ASWP, os Associados Institucionais pagarão uma joia inicial e uma quota anual fixa, que corresponde a 200,00€. Para formalizar o pedido de adesão ao ASWP, é necessário preencher a ficha de adesão, apensa a este documento, com os dados identificativos do Município de Góis, indicando um representante na ASWP.-----

-----Referiu que o programa Bandeira Verde ECOXXI, promovido pela ABAE (Associação Bandeira Azul da Europa), avalia a cooperação do município com a Sociedade Civil, nomeadamente com as Organizações Não Governamentais de Ambiente e Organizações Não-governamentais de Desenvolvimento oficialmente constituídas e ativas, bem como iniciativas estratégicas no âmbito das alterações climáticas mais concretamente no indicador 7 – Cooperação com a sociedade civil em matéria de ambiente e de promoção do desenvolvimento sustentável e indicador 9. O município de Góis ao associar-se aumentava percentualmente a classificação para a obtenção do galardão. -----

-----Relativamente à Agenda 2030, uma das metas do Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 12 – Produção e Consumo Sustentáveis – é gerir ambientalmente todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a libertação destes para o ar, água e solo, minimizar os seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente, estando este documento enquadrado nesta meta.-----

-----O senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues referiu que a adesão do Município de Góis a esta Associação traduz-se numa mais valia para o Município.-----

-----A senhora Vereadora Bárbara Patrícia Correia Serra referiu que o documento refere uma joia inicial e uma quota anual fixa solicitando esclarecimentos.-----

-----O senhor Presidente pela informação da Técnica que acompanha este processo referiu que pelo Município de Góis é uma entidade pública pelo que apenas terá que efetuar um pagamento de duzentos euros.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aderir à Associação Smart Waste Portugal (ASWP).-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.3 – PROPOSTA DE MEDIDAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – O senhor Presidente referiu que na reunião do Conselho Intermunicipal da CIM-RC, realizada a 15.09.22, foi aprovado o Guião de Medidas de Poupança e Eficiência Energética para os Municípios da CIM da Região de Coimbra. Neste sentido, solicitou à Técnica Andreia Vidal que analisasse o referido documento onde foi possível constatar que algumas das medidas indicadas têm vindo a ser adoptadas pela autarquia, como por exemplo a colocação de Painéis fotovoltaicos no Pavilhão Gimnodesportivo, no Campo de Futebol Eng.º Augusto Nogueira Pereira, a utilização de sistemas de domótica no edifício dos Paços do Concelho e Casa da Cultura de Góis que permite que as luzes se desliguem quando não está ninguém no espaço, a colocação de sinalização luminosa para controlo de tráfego rodoviário ou peões (semáforos) na Praça da República com recurso a energia solar, elaboração do cadastro da rede de IP-iluminação pública, realizada pela AREAC e a substituição para lâmpadas Led no concelho, entre outras medidas. Contudo, ainda existe um conjunto de medidas que poderão e deverão implementar-se nos serviços e edifícios municipais. -----

-----Referiu ainda que o Município de Góis terá que nomear um Gestor Municipal da Energia no controlo e eficácia da implementação destas medidas na autarquia, sendo da sua competência: a análise e cadastro de contratos de energia; o acompanhamento mensal do consumo e faturação de energia nas infraestruturas sob gestão das Autarquias; a análise de possíveis anomalias e sugestões de melhoria; a análise da potência contratada face aos consumos; o Inventário e caracterização de edifícios, no âmbito energético; auxílio na elaboração de caderno de encargos para manutenção de instalações eletromecânicas; acompanhamento dos contratos de manutenção (AVAC's, entre outros); gestão de ações de manutenção pontuais; execução de Plano de Manutenção para edifícios.-----

-----Seguidamente apresentou um conjunto de medidas concretas a implementar-se na Câmara Municipal de Góis, a curto, médio e longo prazo, as quais podem ser complementadas com propostas a apresentar pelos senhores Vereadores. -----

-----O senhor Vereador Graciano Antunes Rodrigues referiu que da análise feita ao documento apraz-lhe mencionar alguns dos pontos que considera que devem ser reanalisados: *Ponto 2 - Sistema de Climatização: Manter a temperatura interior nos edifícios controlada: Mínimo a 25º C no Verão*, entende que deveria ser 22º; *Ponto 6 - Promover a instalação de chuveiros de água quente com tempo controlado no Pavilhão Gimnodesportivo*, efetivamente deveria ser o uso da água controlada, porém, poder-se-á correr o risco de o tempo temporizado não ser o suficiente e a pessoa ter que acabar o duche com água fria; *Ponto 16 - Desligar as luzes dos sistemas de iluminação cénica e decorativa a partir das 22h00 no inverno e 23h00 no verão*, entende que é bastante cedo; *Ponto 20 - Promover o teletrabalho para haver menos deslocações e menos custos com a climatização de edifícios*, questionando legalmente se o trabalhador não terá que ser ressarcido dos custos que irá ter na sua habitação; *Ponto 22 - Promover a manutenção da maquinaria carpintaria e oficina mecânica por empresa certificada para o efeito*, referindo que possivelmente não haverá esta necessidade; *Ponto 26 - Definir no SIADAP um objectivo comum: reduzir em 5% o consumo de energia nos edifícios municipais*, tratando-se de uma boa medida, mas será difícil operacionalizá-la; *Ponto 34 - Substituição do sistema de aquecimento da Residência de Estudantes por energias limpas*, entendendo que também deveria ser uma medida a adotar pela Biblioteca Municipal; *Ponto 40 - De 6 de dezembro de 2022 a 6 de janeiro de 2023 ajustar os períodos de utilização da iluminação natalícia para o horário entre as 18h00 e as 24h00*, entendendo que o período de utilização deveria finalizar às 01.00h dado que existem trabalhadores a terminarem o seu período de trabalho às 24.00 horas.-----

-----O senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues referiu que muitos municípios se encontram a dinamizar medidas de eficiência energética, sendo que no nosso caso a CIM RC elaborou um guião para que os municípios pudessem dentro das especificidades do seu território adotar medidas eficiência energética. Referiu que o Gestor Municipal da Energia no controlo e eficácia da implementação destas medidas na autarquia não irá ter uma fácil tarefa na monitorização e cumprimento das medidas patentes no documento em apreço.-----

-----A senhora Vereadora Bárbara Patrícia Correia Serra realçou o documento elaborado pela

Técnica da Câmara Municipal sendo do conhecimento de todos que este plano resulta das medidas propostas pelo nosso governo em consonância com a CIM RC. Quanto ao *Ponto 40 - De 6 de dezembro de 2022 a 6 de janeiro de 2023 ajustar os períodos de utilização da iluminação natalícia para o horário entre as 18h00 e as 24h00*, referiu que se no dia 31 de dezembro a 01 de janeiro a iluminação natalícia não poderá ser alongada até à 02h00 pois será uma noite em que muitos tendencialmente andam na rua até um pouco mais tarde do que o habitual. Sobre o *Ponto 6. Promover a instalação de chuveiros de água quente com tempo controlado no Pavilhão Gimnodesportivo*, referiu entender que a utilização também é feita por crianças, o que carece de um maior período de temporal para o banho, pelo que chamou a atenção para o período de tempo que será imposto para a utilização de água quente.-----

-----O senhor Vice Presidente referiu que nem todas as medidas foram impostas pela Câmara Municipal porquanto existe uma entidade externa que elencou um conjunto destas que terão que efetivamente ser cumpridas. Acrescentou que em termos de iluminação pública a E-Redes irá fazer um levantamento no nosso concelho a fim de termos conhecimento de quais as luminárias que poderão vir a ser desligadas por forma a existir uma maior poupança. Referiu que estas medidas irão ser divulgadas junto das freguesias e IPSS's concelhias, bem como ser realizado um manual de boas práticas a distribuir à população. -----

-----O senhor Presidente referiu que o documento em análise é um Guião elaborado pelo Município, mas com base na Resolução do Conselho de Ministros, sendo que as medidas patentes neste foram determinadas superiormente. Em relação às medidas constantes no documento referiu que se fez referência ao *Ponto 6. Promover a instalação de chuveiros de água quente com tempo controlado no Pavilhão Gimnodesportivo*, porém, é do seu conhecimento o exagero de tempo no uso de água quente por parte de alguns atletas, facto que não se justifica e, se se pretende minimizar o consumo de energia de medidas legalmente impostas todos temos que compreender que cabe a todos cumprir com estas. Uma outra questão que existe sendo apenas meramente indicativa incide sobre obras, implementação de determinados sistemas, alguns destes de difícil implementação, porém, a norma tem de existir pelo que dentro do possível temos que tentar que estas sejam cumpridas. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.4 – ARSC/ESCALAS DE TURNOS FARMÁCIAS/ANO CIVIL DE 2023 – Foi presente a comunicação da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., datada de 06.10.22, relativamente à proposta de Escala de Turnos de Serviço das Farmácias do Concelho de Góis para o ano de 2023 devendo o Executivo de acordo com a legislação em vigor aprovar a proposta apresentada.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de Escala de Turnos de Serviço das Farmácias do Concelho de Góis para o ano civil de 2023.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.5 – PASSE ESCOLAR/ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA – O senhor Presidente referiu que de acordo com a informação do Serviço Jurídico e de Contraordenações, datada de 11.10.22., um requerente fez uma exposição na qual relata o facto de ter efetuado o pagamento do equivalente a 50% do passe escolar da sua filha que frequenta o 10.º ano de escolaridade obrigatória na Escola Secundária da Lousã no ano letivo de 2021/2022, sendo que à época já se encontrar em vigor o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30.01, ou seja, *“gratuidade para os alunos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário, quando residam a mais de 3 km do estabelecimento de ensino que frequentam”*, facto que aconteceu no ano letivo em curso. Face ao exposto referiu que o requerente pagou indevidamente um valor pelo que deverá ser restituído do mesmo.-----

-----O senhor Vereador Graciano Antunes Rodrigues referiu que, se a legislação não foi cumprida por parte da Câmara Municipal, deverá efetivamente o requeente ser ressarcido, entendendo que outros munícipes também deverão efetivamente ser ressarcidos do valor pago, pelo que deve o Município efetuar um levantamento dos pagamentos efetuados ao nível de passes escolares e posteriormente ser devolvido o valor pago. -----

-----O senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues referiu que a informação técnica é baseada na legislação do assunto em análise pelo que entende que deve ser cumprida a proposta apresentada na mesma, a de ressarcir o requerente do montante pago. -----

-----A senhora Vereadora Bárbara Patrícia Correia Serra referiu que também corrobora com a proposta de ressarcir o requerente uma vez que a sua exposição está de acordo com a legislação para esse mesmo efeito. No entanto, referiu discordar com a proposta de a Câmara Municipal fazer um levantamento de todos os passes pagos e ressarcir os munícipes que o pagaram, entendendo que devem ser os munícipes a requerem essa mesma devolução apresentando para

o efeito o recibo de pagamento. -----

-----O senhor Vice Presidente concorda com o exposto na informação técnica pelo que deve ser cumprida a legislação. -----

-----O senhor Presidente referiu concordar com a proposta do senhor Vereador Graciano Antunes Rodrigues, ou seja, a Câmara Municipal efetuar um levantamento de todos os passes pagos no ano letivo 2021/2022, para que se possa restituir o valor pago, sendo que posteriormente esse mesmo levantamento será presente ao Executivo. Presentemente, será apenas considerada a restituição do valor pago apresentada pelo requerente.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, restituir ao requerente o valor pago.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.6 – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL - GÓIS É SOLIDÁRIO – O senhor Presidente referiu que a emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde, em janeiro de 2020, bem como a classificação do Coronavírus SARS-COV.2 como uma pandemia, afetou o tecido empresarial local com consequências diversas, sendo as mais comuns de carácter social. Decorrente dessa conjuntura foram adotadas medidas e restrições com vista à prevenção e resposta à pandemia, provocando um forte impacto negativo no tecido económico-social e nas condições de vida dos cidadãos em todo o território nacional. As medidas de combate à propagação do vírus e as várias mutações que ocorreram contribuíram do lado da procura para a alteração dos hábitos e consumos da população, devido ao dever de confinamento e dos limites entretanto impostos em termos de saúde pública no pós-confinamento. Foram criados regimes excecionais de promoção da capacidade de resposta das autarquias locais, no âmbito da mitigação das consequências provocadas pela pandemia da doença COVID-19. Na senda do que vem sido feito em termos de apoios, o Município de Góis considera oportuna a continuidade de medidas destinadas a apoiar diretamente os agentes económicos, sociais e associativos, bem como as famílias e cidadãos de concelho de Góis, ou com agentes económicos com atividade no concelho de Góis. Estes apoios visam mitigar os impactos nefastos na economia local, associações e na qualidade de vida dos cidadãos, através de ajudas a nível financeiro, fiscal, logístico ou outros níveis de apoio. Estes apoios visam mitigar os impactos nefastos na economia local, associações e na qualidade de vida dos cidadãos, através de ajudas a nível financeiro, fiscal,

logístico ou outros níveis de apoio. Na senda do que vem sido feito em termos de apoios, o município de Góis considera oportuna a continuidade de medidas destinadas a apoiar diretamente os agentes económicos, sociais e associativos, bem como as famílias e cidadãos de concelho de Góis, ou com agentes económicos com atividade no concelho de Góis. Acresce a necessidade crescente de apoio devido à evolução do índice de inflação gerado pela intervenção bélica na Ucrânia. -----

-----Tendo em consideração que na reunião de 10.01.2022 foi deliberado em sede de reunião do Executivo, iniciar o procedimento de elaboração de Regulamento mencionado em epígrafe, conforme prevê o nº 1 do artigo 98º do novo Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pela Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, na redação atual, e decorrido o período de 10 dias concedido para que os interessados se constituíssem como tal e apresentassem contributos para a elaboração do mesmo, sem que tivesse sido rececionado qualquer documento relacionado com essa fase, cumpre agora elaborar, o projeto de Regulamento (artigo 99º do CPA).-----

-----Seguidamente o senhor Presidente, conforme competência prevista na alínea k) do nº1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, apresentou a proposta de Regulamento, a qual a qual após ser aprovada pelo Órgão Executivo, deveria ser sujeita a audiência dos interessados, nos termos do artigo 100º do CPA. -----

-----No entanto, considerando a urgência na emissão elaboração do regulamento; a razoabilidade de previsão que que a diligência possa comprometer a execução ou a utilidade do regulamento; e o facto de as normas contantes do presente projeto de regulamento incluírem soluções favoráveis à esfera jurídica dos diversos particulares, entende-se estarem preenchidos os requisitos para a dispensa de audiência dos interessados, em consonância com o disposto no artigo 124º do CPA, propôs ao Executivo:-----

-----a) Que a Câmara Municipal remeta o projeto de Regulamento à Assembleia Municipal para aprovação, de acordo com o estipulado na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º e na alínea g) do nº 1 do artigo 25º, ambos do Anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

-----b) Que seja publicado na 2ª série do Diário da República, de acordo com o disposto no artigo 139º do CPA, sem prejuízo da publicitação no sítio de internet do Município. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade:-----

-----a) Remeter o projeto de Regulamento à Assembleia Municipal para aprovação, de acordo com o

estipulado na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º e na alínea g) do nº 1 do artigo 25º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, cuja cópia constitui o Anexo I da presente Ata.-----

-----b) Que seja publicado na 2ª série do Diário da República, de acordo com o disposto no artigo 139º do CPA, sem prejuízo da publicitação no sítio de internet do Município.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.7 – CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA/PROPOSTA DE REGULAMENTO – O senhor Presidente referiu que a Lei 33/98, de 18 julho criou os Conselhos Municipais de Segurança, tendo em vista a sinalização, análise e aconselhamento sobre problemas com impacto direto ao nível da segurança, das pessoas e bens. Contudo, apesar das alterações introduzidas neste órgão pela Lei 106/2015 de 25 de agosto, e decorrente da transferência de competências que consagra aos órgãos dos municípios a competência para participar, em articulação com as forças de segurança, na definição do modelo de policiamento de proximidade, foi revisto o modelo de composição e funcionamento do conselho. Nesse sentido, foi publicado o Decreto-Lei nº 32/2019 de 4 março, que altera os diplomas mencionados anteriormente. -----

-----Face ao exposto, referiu que foi elaborada a presente proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Góis, sendo necessário proceder à designação: -----

-----a) do número de representantes das entidades com actividade no sector de apoio social, cultural e desportivo do concelho;-----

-----b) do representante dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo que operem no território (Centro Social Rocha Barros/CPSS Alvares/Petroensino);-----

-----c) do representante dos sectores económicos com maior representatividade (Associação Empresarial da Serra da Lousã); -----

-----d) do representante das estruturas integrantes da rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica (CPCJ/CLAS/ADIBER(gabinete de apoio à vítima).-----

-----Mais referiu que posteriormente pretende-se promover reunião com as entidades com actividade no sector de apoio social, cultural e desportivo do concelho de forma a eleger o/os representante/s para o Conselho Municipal de Segurança. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.8 – PROCESSAMENTO DE SUPLEMENTO DE PENOSIDADE/TRABALHOS DE ASFALTAMENTO –

O senhor Presidente referiu que em 1998, foi aprovada a legislação que regulamenta as condições de atribuição dos suplementos de risco, penosidade e insalubridade. Em 2008, a Lei n.º 12-A/2008, regulamentou vários suplementos remuneratórios, mas jamais foi consagrada a concretização do suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade, designadamente através de legislação que determinasse o seu âmbito de aplicação, regras de cálculo e modo de pagamento do respetivo suplemento. O Orçamento de Estado para 2021, aprovado pela Lei nº 75-B/2020, de 31 de dezembro, no seu artº 24º, vem regulamentar o suplemento remuneratório de penosidade e insalubridade a atribuir nos termos e de acordo com as regras previstas para os suplementos remuneratórios previstos na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada no Anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho na sua redação atual (conf. artº 159º). Relativamente a esta norma legal, o município de Góis procedeu à identificação das funções enquadráveis no referido artigo, procedendo atualmente ao processamento deste suplemento às funções inerentes ao serviço de coveiro (efeitos a janeiro de 2021). Com a publicação do Decreto-Lei nº 93/2021, de 9 de novembro, foram ampliadas as áreas funcionais às quais se poderão atribuir o suplemento em causa, prevendo o seu artigo 2º que “ O suplemento de penosidade e insalubridade previsto no presente decreto-lei aplica-se aos trabalhadores integrados na carreira geral de assistente operacional que desempenhem funções nas áreas de recolha e tratamento de resíduos e tratamento de efluentes, higiene urbana, saneamento, procedimentos de inumações, exumações, transladações, cremação, abertura, aterro e arranjo de sepulturas, limpeza de canis e recolha de cadáveres animais, bem como de asfaltamento de rodovias que agora se prevê vir a realizar, de que resulte comprovada sobrecarga funcional que potencie o aumento da probabilidade de ocorrência de lesão ou um risco potencial agravado de degradação do estado de saúde.”, tendo esta entidade procedido à identificação das funções que se julga reunirem as condições necessárias para esse efeito, ao abrigo desta norma legal. -----

-----Face ao exposto, o senhor Presidente propôs a atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade, com efeitos a 01 de janeiro de 2022, aos trabalhares que desempenhem as seguintes funções: -----

Função	Carreira Profissional	Valor diário suplemento de penosidade Risco Médio
Asfaltamento	Assistente Operacional	4,09€

-----Informou que em termos de impacto financeiro, o orçamento previsto em sede de recursos humanos acomoda a atribuição de um subsídio no valor de 4,09€/diário – valor máximo previsto para situações de risco baixo/médio, aos trabalhadores que desempenhem as funções previstas na presente tabela.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo senhor Presidente.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.9 – SINALIZAÇÃO INFORMATIVA E REGULADORA/PROCESSO 2022/550.10.300/2 – O senhor Presidente referiu que como é do conhecimento de todos que a circulação de trânsito na Rua Eng.º António Barata Garcia, em Várzea Grande, freguesia de Vila Nova do Ceira, é dificultada pelo estacionamento de veículos em ambos os sentidos da rua. Neste sentido, solicitou aos serviços da DGUPA para que verificassem a situação e apresentassem uma proposta a qual se consubstancia na proibição do estacionamento, no sentido descendente, sendo que para esta proibição deverá ser colocado um sinal de estacionamento proibido, no início do arruamento de acordo com o desenho apresentado ao Executivo.-----

-----Interveio o senhor Vereador Graciano Antunes Rodrigues, dizendo que concorda com o proposto, mas, deverá ser também equacionada a construção do passeio no mesmo sentido, criando assim uma maior segurança para quem ali circula. Para o efeito, deverá ser coberta a levada/valeta existente no local e já tapada em alguns pontos. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação do sinal de estacionamento proibido no sentido descendente na Rua Eng.º António Barata Garcia, em Várzea Grande, freguesia de Vila Nova do Ceira.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.10 – SINALIZAÇÃO INFORMATIVA E REGULADORA/PROCESSO 2022/550.10.300/7 – O senhor Presidente referiu que a Junta de Freguesia de Góis em comunicação remetida à Câmara Municipal informou a inexistência de sinalização com a indicação de que através daquela via não é possível a saída de viaturas pesadas, o que as “obriga” a recuar. Neste sentido, solicitou aos

serviços da DGUPA para que verificassem a situação e apresentassem uma proposta a qual se consubstancia na colocação no topo Norte da rua de um sinal com indicação de “trânsito proibido a veículos ou conjunto de veículos de comprimento superior a 6 metros – C7”, uma vez que a circulação é difícil não só a viaturas pesadas, mas a todas as que excedem este comprimento. Relativamente ao estacionamento “abusivo” os serviços informaram que o estacionamento é proibido na referida rua no lado esquerdo da mesma de acordo com o sentido de trânsito. No entanto, os serviços pronunciaram-se que o estacionamento na Rua 5 de Outubro e na Travessa da Escola, devia ser proibido em ambos os lados, tratando-se de ruas de sentido único e largura reduzida, uma vez que em caso de eventual incêndio urbano ou outra emergência na designada área do cimo da Vila, a manter-se o estacionamento, é impossível o acesso por viaturas de Bombeiros. Seguidamente, deu conhecimento do desenho elaborado pelos serviços.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação no topo Norte da Rua 5 de Outubro um sinal com indicação de trânsito proibido a veículos ou conjunto de veículos de comprimento superior a 6 metros-C7.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.11 – SINALIZAÇÃO INFORMATIVA E REGULADORA/PROCESSO 2022/550.10.300/8 – O senhor Presidente referiu que uma munícipe com um Alojamento Local em Juncal, freguesia de Vila Nova do Ceira, solicitou à Câmara Municipal a colocação de sinalética a informar da existência de Alojamento Local na aldeia.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação do referido sinal de direção.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.12 – OBRAS PARTICULARES/PROCESSO 2021/450.10.204/82 – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 12.10.22, relativa ao licenciamento das obras de reconstrução de moradia unifamiliar, do Processo Nº 2021/450.10.204/82, freguesia de Alvares.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e de acordo com a informação técnica, deliberou, por unanimidade, aprovar os projetos de engenharia de especialidades.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.13 – ICNF/SOLICITAÇÃO DE PARECER/PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE)ARBORIZAÇÃO – O senhor Presidente referiu que o Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho

estabelece o regime jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais. Mais referiu que o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, I.P., de acordo com o artigo 9º do diploma legal anteriormente referido, solicitou parecer da Câmara Municipal de Góis, nomeadamente o enquadramento nos planos municipais de ordenamento do território, nomeadamente no Plano Diretor Municipal e no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Góis, para os pedidos de autorização prévia para as ações de (re)arborização, dos seguintes processos:-----

-----a) PR.006762.2022;-----

-----b) PR.006795.2022;-----

-----c) PR.006839.2022.-----

-----Mais referiu que a informação é tramitada na plataforma SI-ICNF com toda a documentação relativa ao pedido de autorização, incluindo a respetiva informação cartográfica.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável aos pedidos de autorização prévia para ações de (re)arborização.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.14 – CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE PAVILHÃO NO PÓLO INDUSTRIAL DE GÓIS

– Foi presente a informação dos Serviços Financeiros, datada de 14.10.22, relativamente ao procedimento concursal para a Concessão do Direito de Exploração de Pavilhão no Pólo Industrial de Góis.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:-----

-----a) Autorizar a abertura de procedimento concursal para a Concessão do Direito de Exploração de Pavilhão no Pólo Industrial de Góis.-----

-----b) Aprovar a proposta de Caderno de Encargos;-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.15 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – O senhor Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências correntes, datado do dia vinte e cinco de outubro do ano em curso, cujo documento constitui o Anexo II da presente Ata.-----

3.15.1 - ARCIL - ASSOCIAÇÃO RECUPERAÇÃO CIDADÃOS INADAPTADOS LOUSÃ – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de três mil oitocentos e cinquenta euros, cuja finalidade é apoio ao funcionamento

do Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) - Polo de Góis.-----

3.15.2. - ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, RECREATIVA E CULTURAL FILARMÓNICA VARZEENSE (FILVAR) - A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de cinco mil euros, cuja finalidade é apoio nas despesas de funcionamento gerais da Associação e da Escola de Música.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.16 – RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA - A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria do dia vinte e sete de outubro do ano em curso, no montante de dois milhões, trezentos e cinquenta e três mil, quinhentos e setenta e sete euros e cinquenta e oito cêntimos.-----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA: ATA DA REUNIÃO ANTERIOR; ASSOCIAÇÃO SMART WASTE PORTUGAL/ADESÃO COMO MEMBRO INSTITUCIONAL; ARSC/ESCALAS DE TURNOS FARMÁCIAS/ANO CIVIL DE 2023; PASSE ESCOLAR/ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA; PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL - GÓIS É SOLIDÁRIO; PROCESSAMENTO DE SUPLEMENTO DE PENOSIDADE/TRABALHOS DE ASFALTAMENTO; SINALIZAÇÃO INFORMATIVA E REGULADORA/PROCESSO 2022/550.10.300/2; SINALIZAÇÃO INFORMATIVA E REGULADORA/PROCESSO 2022/550.10.300/7; SINALIZAÇÃO INFORMATIVA E REGULADORA/PROCESSO 2022/550.10.300/8; OBRAS PARTICULARES/PROCESSO 2021/450.10.204/82; ICNF/SOLICITAÇÃO DE PARECER/PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE)ARBORIZAÇÃO; CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE PAVILHÃO NO PÓLO INDUSTRIAL DE GÓIS; MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.-----

-----E, não havendo outros assuntos a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, pelas vinte um horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, sob a responsabilidade da Secretária.-----

O Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,
